



Eco 101 Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656

Demonstrações Financeiras

2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023			
Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego¹	60.249	57.340	5,1%
Tarifa Média	4,00	3,91	2,2%
Receita líquida	439,7	494,7	-11,1%
EBITDA Ajustado²	92,9	85,1	9,1%
Margem EBITDA Ajustada²	41,1%	40,4%	0,7 p.p.
Capex	284,1	346,1	-17,9%

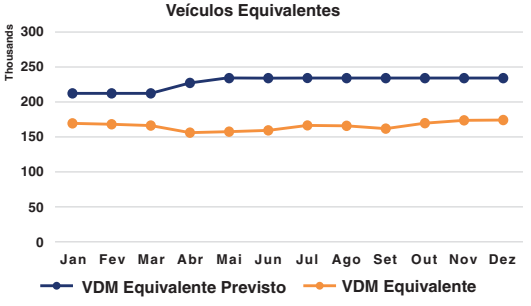
1) Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para manutenção e o ajuste de *impairment* em 2023.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 60.249 mil em 2023, que corresponde a um aumento de 5,1% em relação a 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 11,0% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 2,6% influenciado pelo ciclo de celulose da região.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	18.646	16.803	11,0%
Pesados	41.603	40.537	2,6%
Total	60.249	57.340	5,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2023, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 2,2% em 2023. Em setembro de 2023, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com redução de 6,69% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores X e D. O reajuste considerou o reequilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+0,11631%).

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Eco101	4,00	3,91	2,2%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2023.

Praça de Pedágio	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)										
	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
P1 KM 0,8	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70		
P2 KM 85,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30		
P3 KM 171,7	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15		
P4 KM 242	4,20	8,40	6,30	12,60	8,40	16,80	21,00	25,20	2,10		
P5 KM 320,8	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15		
P6 KM 398,9	3,60	7,20	5,40	10,80	7,20	14,40	18,00	21,60	1,80		
P7 KM 452	2,00	4,00	3,00	6,00	4,00	8,00	10,00	12,00	1,00		

Receita bruta
A receita bruta totalizou R\$460,8 milhões em 2023, redução de 10,4% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao menor volume de obras no período e consequentemente menor receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$21,1 milhões, aumento de 8,2% em relação a 2022.
Receitas de Pedágio: R\$241,2 milhões em 2023, aumento de 7,4% devido ao crescimento do tráfego de veículos.
Receitas Acessórias: R\$5,7 milhões em 2022, aumento de 8,3%, em função do incremento nos contratos de uso da faixa de domínio, arrendamentos de área e fibra ótica.
Receita de Construção: R\$213,9 milhões em 2023, redução de 24,7% devido ao menor volume de obras no período.
O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.239,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	241,2	224,7	1.646,6
Receitas Acessórias	5,7	5,2	38,0
Receita de Construção	213,9	284,3	1.580,3
Total	460,8	514,2	3.264,9

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia.

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$461,3 milhões em 2023, redução de 8,4% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$132,9 milhões, aumento de 6,0%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	32,4	29,9	8,4%
Conservação e manutenção	25,0	21,4	16,9%
Serviços de terceiros	33,0	32,5	1,4%
Seguros, Poder Concedente e locações	13,9	12,3	12,9%
Outros	28,6	29,2	-2,1%
Custos caixa	132,9	125,4	6,0%
Depreciação e amortização	82,6	65,7	25,8%
Provisão para manutenção	31,9	28,3	12,7%
Custo de construção de obras	213,9	284,3	-24,7%
TOTAL	461,3	503,6	-8,4%

Pessoal: R\$32,4 milhões em 2023, aumento de R\$2,5 milhões (+8,4%) devido, principalmente, à provisão de reclamações trabalhistas e ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho.
Conservação e manutenção: R\$25,0 milhões em 2023, aumento de R\$3,6 milhões (+16,9%), devido, principalmente, aos custos com material de iluminação e conservação de revestimento vegetal.
Serviços de terceiros: R\$33,0 milhões em 2023, aumento de R\$0,5 milhão (+1,4%), devido aos custos com serviço de limpeza.
Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$13,9 milhões em 2023, aumento de R\$1,6 milhão (+12,9%), devido, principalmente, aos gastos com seguros e garantias correspondentes e ao reajuste da Taxa de Fiscalização para o poder concedente.
Outros: R\$28,6 milhões em 2023, redução de R\$0,6 milhão (-2,1%) devido, principalmente, à diminuição da provisão para multas administrativas.
Depreciação e Amortização: R\$82,6 milhões em 2023, aumento de R\$16,9 milhões (+25,8%), devido ao incremento da base de ativos.
Provisão para manutenção: R\$31,9 milhões em 2023, aumento de R\$3,6 milhões (+12,7%) devido à readequação do cronograma de provisão dos custos com manutenções futuras.

milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$258,5 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado atingiu 2,8x, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, e 18 da Demonstrações Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	41,0	37,1	10,5%
Empréstimos e financiamentos	41,0	37,1	10,5%
Longo Prazo	253,8	290,8	-12,7%
Empréstimos e financiamentos	253,8	290,8	-12,7%
Dívida Bruta¹	294,8	327,9	-10,1%
Obrigações com Poder Concedente	0,7	0,7	4,7%
Arrendamentos a Pagar	45,1	23,2	94,4%
Endividamento Bruto	340,6	351,8	-3,2%
Caixa e equivalentes de caixa / Aplic. Financeiras / Conta Reserva	36,3	39,2	-7,4%
Endividamento Líquido	304,3	312,6	-2,6%
Dívida Líquida¹	258,5	288,7	-10,5%

1) Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$284,1 milhões em 2023. Os principais investimentos ocorreram nas obras de interseção, passarelas e conservação especial de pavimento.

CAPEX (em milhões de R\$)	2023		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Eco101	246,0	38,1	284,1

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	4,5	2,8	1,7
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	0,9	2,1	0,3
Contrato de concessão	153,7	109,1	68,2
Intangível em andamento	124,9	145,6	144,7
Software de terceiros	0,2	1,2	0,3
Capex Total	284,1	260,8	215,2

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2020
Intangível	278,8	255,9	1.774,0
Imobilizado	5,3	4,9	58,7
Investimentos totais	284,1	260,8	1.832,7

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$127,0 milhões negativos, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões, isto é, -27,6% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 35,9 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$42,9 milhões e a representatividade de 8,3%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2021	Var.
Valor adicionado líquido	(127,0)	42,9	n.m.
Receita operacional bruta	460,8	514,2	-10,4%
Representatividade	-27,6%	8,3%	-35,9 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$11,8 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	11,8	11,0	80,5

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. A Companhia, desde a assunção do Contrato de Concessão, desenvolve seu Sistema de Gestão Integrado alicerçado nos requisitos das Normas: ISO 9001; ISO 9004; ISO 14001 e OHSAS 18001; tendo em maio/2015 realizado a primeira auditoria interna e submetido à ANTT, seu Manual de Gestão. Investindo na evolução do seu Sistema de Gestão Integrado, a Eco101 desde outubro de 2017, tem mantido para todos os seus processos e sites, as certificações nas normas: ISO 9001:2008, ISO 14001:2008 e OHSAS 18001:2017 com o seguinte escopo: “Atividades de administração de serviços em rodovia incluindo: Todas as atividades de conservação de rotina, projetos e gestão de obras, operação, manutenção, pedágio, assistência ao usuário, inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar, serviço de pesagem e serviço mecânico”. Estas certificações confirmam o compromisso da Eco101 com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado.

Recursos Humanos: Em 2023, a Companhia investiu R\$134,5 mil (R\$64,8 mil em 2022) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Descrição do Cargo	Funcionários alocados na concessão	
	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Gerente de atendimento ao usuário	1	0,07
Coordenador de tráfego	1	0,07
Supervisor de tráfego	2	0,13
Analista de tráfego	2	0,13
Fiscal faixa de domínio	1	0,07
Analista de faixa de domínio	3	0,20
Supervisor CCO	1	0,07
Operador de CCO	20	1,33
Operador de balança e serviços	53	3,53
Operador de tráfego	55	3,66
Guincho leve	48	3,20
Guincho pesado	28	1,87
Coordenador de guincho	3	0,20
Médico	31	2,07
Conductor	63	4,20
Resgatista	33	2,20
Enfermeiro	43	2,86
Técnico de enfermagem	48	3,20
Coordenador médico	1	0,07
Total de Pessoal - Operacional	437	29,11
Coordenador de pedágio	1	0,07
Supervisor de pedágio	2	0,13
Controlador de sistema rodoviário	9	0,60
Arrecadador	177	11,79
Assistente Administrativo	2	0,13
Assistente de pedágio	7	0,47
Total de Pessoal - Pedágio	198	13,19
Total de Pessoal - Concessionária	635	42,31

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

continua ...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 14/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

... continuação

Percentual de acidentes por gravidade em 2023

3%

41%

56%

Acidentes com Morte

Acidentes com Vítima

Acidentes sem Vítima

Percentual de acidentes por gravidade em 2022

3%

40%

57%

Acidentes com Morte

Acidentes com Vítima

Acidentes sem Vítima

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2023

2%

4%

2%

9%

2%

10%

30%

41%

Atropelamento Animal

Atropelamento Pedestre

Capotamento

Colisão com Objeto Fixo

Colisão Frontal

Colisão Transversal

Colisão Traseira

Outros

Acidente por tipo em 2022

2%

2%

2%

8%

2%

9%

30%

45%

Atropelamento Animal

Atropelamento Pedestre

Capotamento

Colisão com Objeto Fixo

Colisão Frontal

Colisão Transversal

Colisão Traseira

Outros

Dados de Operação da Concessão:

Veículos Alocados:

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2023.

Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão

Tipo de veículo

Qtde

Qtde/100 km

Viatura de inspeção

12

2,52

Guincho leve

12

2,52

Guincho pesado

3

0,63

Guincho super pesado

3

0,63

Ambulância Tipo C

8

1,68

Ambulância Tipo D - UTI

4

0,84

Total de veículos operacionais

42

8,83

Administração

28

5,88

Pedágio

2

0,42

Caminhão pipa

3

0,63

Caminhão boiadeiro

3

0,63

Segurança do trabalho

1

0,21

Manutenção

1

0,21

Faixa de domínio

1

0,21

Total de veículos de apoio

39

8,19

Total de veículos aplicados na concessão

81

17,02

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa

Referência

Quilômetros da rodovia

478,7 km

Número de veículos que transitaram

Leve: 19.116.671 milhões
Caminhões: 9.453.373 milhões

Tarifa

Verificar abertura na tabela de tarifas

Número de praças de pedágio

7 (sete)

Número de quilômetros mantidos

478,7 km

Índice de congestionamento

Por velocidade média dos veículos

Trânsito Médio Diário Equivalente

Cat 1: 194.921
Cat 2: 45.936
Cat 3: 2.351
Cat 4: 63.444
Cat 5: 1.142
Cat 6: 56.450
Cat 7: 51.557
Cat 8: 139.294
Cat 9: 5.990
Outros : 99.133

Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)

164.160 mil

Equipes utilizadas pela concessionária

Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão

Índices de qualidade de estrada

Deflexão característica (DC)
Flecha na trilha de roda
Índice de condição do pavimento (ICP)
Índice de Gravidade Global (IGG)
Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
Índice de retrorrefletância
Trincamento (TR)
Valor de resistência a derrapagem (VRD)
Macrotextura

Receita de pedágio em 2023

R\$ 241,2 milhões

Custos associados às receitas de pedágio em 2022

R\$ 247,4 milhões

Fator Trabalho

Número de trabalhadores
Despesas com pessoal em 2023

Fator Capital

Despesas de depreciação em 2023
Ativo líquido
Ativo bruto
Série histórica de investimentos até 2023
Custo de oportunidade de capital em 2023

Fatores Intermediários

Despesas de administração em 2023
Despesas com manutenção em 2023
Outras despesas

Seguridade

Quantidade de acidentes

Indicadores

Tarifa média
Custo por veículo ou km

Balanco Social

1 - Base de cálculo

2023

2022

Faturamento Bruto

460.800

514.153

Receita Líquida (RL)

439.747

494.703

Resultado Operacional (RO)

-182.742

-8.883

Folha de Pagamento bruta (FPB)

32.421

29.922

Folha de pagamento bruta - Total remunerações

32.421

29.922

Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços

0

0

2 - Indicadores sociais internos

Valor em R\$ mil

% sobre FPB

% sobre RL

Valor em R\$ mil

% sobre FPB

% sobre RL

Alimentação

3.140

10%

1%

2.890

10%

1%

Encargos sociais

4.970

17%

1%

4.680

16%

1%

Previdência privada

379

1%

0%

293

1%

0%

Saúde

3.461

12%

1%

2.981

10%

1%

Segurança e Saúde no trabalho

67

0%

0%

23

0%

0%

Educação

42

0%

0%

50

0%

0%

Cultura

0

0%

0%

0

0%

0%

Capacitação e desenvolvimento profissional

134

0%

0%

65

0%

0%

Creches ou auxílio creche

97

0%

0%

98

0%

0%

Participação nos lucros ou resultados

1.315

4%

0%

1.695

6%

0%

Outros

0

0%

0%

0

0%

0%

Total - Indicadores sociais internos

13.605

45%

3%

12.775

43%

3%

3 - Indicadores sociais externos

Valor em R\$ mil

% sobre FPB

% sobre RL

Valor em R\$ mil

% sobre FPB

% sobre RL

Educação

81

0%

0%

0

0%

0%

Cultura

0

0%

0%

0

0%

0%

Saúde e saneamento

1

0%

0%

0

0%

0%

Esporte

4

0%

0%

0

0%

0%

Combate à fome e segurança alimentar

0

0%

0%

0

0%

0%

Outros

9

0%

0%

5

0%

0%

Total de contribuições à sociedade

95

0%

0%

5

0%

0%

Tributos (Exceto encargos sociais)

0

0%

0%

0

0%

0%

Total - Indicadores sociais externos

95

0%

0%

5

0%

0%

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo

Nota explicativa

31/12/2023

31/12/2022

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

5

16.912

18.592

Aplicações financeiras

6

125

313

Aplicações financeiras - conta reserva

7

2.689

3.897

Clientes

8

16.007

12.429

Tributos a recuperar

1.089

914

Despesas antecipadas

634

1.601

Partes relacionadas

15

1

-

Adiantamento a fornecedores

4.497

5.121

Seguros a receber

24.688

6.592

Outros créditos

6.388

3.312

Total do ativo circulante

73.030

52.771

Não circulante

Aplicações financeiras - conta reserva

7

16.595

16.438

Depósitos judiciais

9

1.286

1.227

Imobilizado

10

14.426

13.406

Intangível

11

1.670.716

1.637.080

Total do ativo não circulante

1.703.023

1.668.151

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

Fornecedores

27

23.288

23.100

Risco sacado

-

824

Empréstimos e financiamentos

14

41.044

37.140

Passivo de arrendamento

13

12.813

6.514

Obrigações sociais e trabalhistas

5.078

3.980

Partes relacionadas

15

720

1.840

Impostos, taxas e contribuições a recolher

4.183

3.598

Obrigações com poder concedente

18

711

679

Provisão para manutenção

16

18.952

23.717

Outras contas a pagar

18.b)

89.491

73.592

Total do passivo circulante

196.280

174.984

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

14

253.804

290.809

Passivo de arrendamento

13

32.240

16.656

Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas

17

122.204

80.187

Provisão para manutenção

16

68.442

61.182

Outras contas a pagar

24.709

20.554

Total do passivo não circulante

501.399

469.388

Patrimônio líquido

Capital social

19.a)

1.422.109

1.183.000

Reserva de capital - plano de opção de ações

579

579

Prejuízos acumulados

(344.314)

(107.029)

Total do patrimônio líquido

1.078.374

1.076.550

Total do passivo e patrimônio líquido

1.776.053

1.720.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 - Indicadores ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária

2.444

8%

1%

2.726

9%

1%

Investimentos em programas e/ou projetos externos

1.120

4%

0%

577

2%

0%

Total de investimentos em meio ambiente

3.564

12%

1%

3.303

11%

1%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária

(X) Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
() Cumpre de 75 a 100%

(X) Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
() Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período

411

390

Tempo de serviço

13% até seis meses
13% de seis meses a um ano
10% entre um e dois anos
24% entre dois e cinco anos
40% mais de cinco anos

1,5% até seis meses
9,2% de seis meses a um ano
19,5% entre um e dois anos
26,7% entre dois e cinco anos
43,1% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período

114

62

Nº de demissões durante o período

113

90

Nº de colaboradores terceirizados

1.362

1.151

Nº de estagiários (as)

0

0

Nº de colaboradores com até 18 anos

18

12

Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos

60

52

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos

288

290

Nº de colaboradores acima de 45 anos

45

36

Nº de mulheres que trabalham na Concessionária

238

223

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres

0,0

0,0

Remuneração paga a mulheres no período

7.935.734

6.473.126

Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária

225

185

% de cargos gerenciais ocupados por negros

0

0

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.

12

13

Total de horas extras trabalhadas

48.714

76.015

Total de horas extras pagas

712.282

628.313

Total de INSS pagos

3.622

3.504

Total de FGTS pago

1.348

1.177

Total de Contribuição Sindical paga

487

187

Total de demais encargos sociais pagos

0

0

Total de ICMS recolhidos no período

0

0

Total de IR recolhido no período

215

0

Total de CSLL recolhidos no período

0

0

Total de PIS recolhidos no período

29

31

Total de COFINS recolhidos no período

177

190

Total de outros tributos recolhidos no período

11.799

10.987

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária

28,42%

34,13%

Número total de acidentes de trabalho

3

5

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por

() direção
(X) direção e gerenciais
() todos os colaboradores

() direção
(X) direção e gerenciais
() todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por

() direção e gerenciais
() todos os colaboradores
(X) todos + CIPA

() direção e gerenciais
() todos os colaboradores
(X) todos + CIPA

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária

() não se envolve(X) segue as normas da OIT() incentiva as normas da OIT

() não se envolve(X) segue as normas da OIT() incentiva as normas da OIT

A previdência privada contempla

() direção
() direção e gerenciais
(X) todos os colaboradores

() direção
() direção e gerenciais
(X) todos os colaboradores

A participação nos lucros ou resultados contempla

() direção
() direção e gerenciais
(X) todos os colaboradores

() direção
() direção e gerenciais
(X) todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária

() não são considerados
() são sugeridos
(X) são exigidos

() não são considerados
() são sugeridos
(X) são exigidos

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária

() não se envolve
() apóia
(X) organiza e incentiva

() não se envolve
() apóia
(X) organiza e incentiva

% de reclamações e críticas solucionadas

88,6% na Concessionária
0% no PROCON
11,4% na Justiça

89,0% na Concessionária
0% no PROCON
11,0% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir

Distribuição do Valor Adicionado

40,6% governo
-78,5% acionistas
-26,4% colaboradores
193,5% terceiros

40,6% governo
-78,5% acionistas
62,8% colaboradores
75,2% terceiros

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$117,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:

A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Serra – ES, 13 de março de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota explicativa

31/12/2023

31/12/2022

Receita líquida

20

439.747

494.703

Custo dos serviços prestados

21

(438.903)

(483.534)

Lucro Bruto

844

11.169

Despesas gerais e administrativas

21

(22.438)

(20.060)

Outras receitas (despesas), líquidas

(1)

8

Impairment

11.e)

(161.147)

-

Prejuízo Operacional

(182.742)

(8.883)

Receitas financeiras

22

4.418

4.757

Despesas financeiras

22

(58.961)

(33.332)

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

(54.543)

(28.575)

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

(237.285)

(37.458)

Imposto de renda e contribuição social

12

-

45

Prejuízo líquido do exercício

(237.285)

(37.413)

Prejuízo líquido por ação - básico e diluído (em reais)

23

(0,18239)

(0,03588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

... continuação									
ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTUAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022									
(Em milhares de reais - R\$)									
	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia	Reservas de capital, Plano de opção com base em ações	Prejuízos acumulados	Total				
Em 1º de janeiro de 2022.....		Capital social subscrito	579	(69.616)	831.463				
Aumento de capital.....	19.a)	900.500	-	-	-				
Prejuízo líquido do período.....		282.500	-	-	282.500				
Em 31 de dezembro de 2022.....		-	-	(37.413)	(37.413)				
Em 1º de janeiro de 2023.....		1.183.000	579	(107.029)	1.076.550				
Aumento de capital.....	19.a)	1.183.000	579	(107.029)	1.076.550				
Prejuízo líquido do período.....		239.109	-	-	239.109				
Em 31 de dezembro de 2023.....		-	-	(237.285)	(237.285)				
		1.422.109	579	(344.314)	1.078.374				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)									
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022				
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Variação nos passivos operacionais:						
Prejuízo do exercício.....	(237.285)	(37.413)	Fornecedores e risco sacado.....	(636)	4.492				
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Obrigações sociais e trabalhistas.....	1.098	277				
Depreciações e amortizações.....	82.635	65.705	Partes relacionadas - fornecedores.....	(1.120)	554				
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	179	888	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	585	439				
Capitalização de juros.....	(26.948)	(27.452)	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas.....	(2.727)	(4.318)				
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos.....	36.866	35.969	Pagamentos de provisão para manutenção.....	(38.146)	(34.050)				
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas.....	44.744	35.607	Pagamento de obrigações com poder concedente.....	(8.501)	(7.784)				
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção.....	40.641	36.827	Outras contas a pagar.....	4.378	4.286				
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	282	161	Imposto de renda e contribuição social pagos.....	45	-				
Obrigações com poder concedente.....	8.533	7.853	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	55.314	67.329				
Atualização monetária dos depósitos judiciais.....	(52)	(50)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	(2.411)	(2.280)	Aquisição de imobilizado.....	(5.344)	(3.441)				
Reciclação para aplicações financeiras - conta reserva.....	161.147	128.000	Aquisição de intangível.....	(213.699)	(281.192)				
Impairment.....	15.676	-	Aplicações financeiras.....	188	631				
Variação nos ativos operacionais:			Aplicações financeiras - conta reserva.....	3.462	1.600				
Clientes.....	(3.860)	(1.859)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(215.393)	(282.402)				
Partes relacionadas - clientes.....	(1)	310	Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Tributos a recuperar.....	(175)	(520)	Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos.....	(47.033)	(40.390)				
Despesas antecipadas.....	967	(1.084)	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos.....	(33.677)	(33.299)				
Depósitos judiciais.....	(7)	28	Aporte de capital.....	239.109	282.500				
Outros créditos, adiantamento a fornecedores e seguros a receber.....	(20.548)	(9.257)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	158.399	208.811				
			Redução de caixa e equivalentes.....	(1.680)	(6.262)				
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	18.592	24.854				
			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	16.912	18.592				
			Aumento de caixa e equivalentes.....	(1.680)	(6.262)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. INFORMAÇÕES GERAIS									
A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, possui prazo final em 09 de maio de 2038. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.a). A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra - ES. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Relicitação: Em 15 de julho de 2022, a Companhia protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA. Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ("Contrato de Concessão"), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT ("Terceiro Aditivo"). O Terceiro Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à adaptação e otimização do Contrato de Concessão. Ocorre que, em 26 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para prorrogar por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à adaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União ("TCU"). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Aditivo e o Quarto Termo Aditivo serão extintos e realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A ECO101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA. Por estarem suspensos os efeitos decorrentes do aditivo assinado em 30 de agosto de 2023, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação no balanço e no resultado da controladora e da Companhia. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - <i>Environmental, Social and Governance</i> na sigla em Inglês). Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada à mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alçances de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminados por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição na análise, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/ICPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPIC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPIC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva <i>Globe</i> . Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgarão novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.									
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS <i>Interpretations Committee</i> (IFRIC <i>Interpretations</i>) ou pelo seu órgão antecessor, <i>Standing Interpretations Committee</i> (SIC <i>Interpretations</i>) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Prejuízo líquido do exercício.....	(237.285)	(37.413)	
Outros componentes do resultado abrangente.....	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício.....	(237.285)	(37.413)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Receitas			
Com arrecadação de pedágio.....	241.220	224.667	
Com construção.....	213.915	284.253	
Outras receitas.....	5.665	5.233	
	460.800	514.153	
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados.....	(327.632)	(392.136)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(16.183)	(13.336)	
Outras receitas.....	(242)	(72)	
	(344.057)	(405.544)	
Valor adicionado bruto.....	116.743	108.609	
Depreciação e amortização.....	(82.635)	(65.705)	
Outras receitas (despesas) líquidas.....	(1)	-	
Impairment.....	(161.147)	-	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia.....	(127.040)	42.904	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras.....	4.418	4.757	
Outras receitas (despesas) líquidas.....	8	8	
Valor adicionado total a distribuir.....	(122.622)	47.669	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal.....	32.421	29.922	
Remuneração direta.....	24.131	22.638	
Benefícios.....	6.911	6.107	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.....	1.379	1.177	
Impostos, taxas e contribuições.....	20.811	19.333	
Federais.....	9.012	8.346	
Municipais.....	11.799	10.987	
Remuneração de capitais de terceiros.....	61.431	35.827	
Juros.....	6.777	6.011	
Aluguéis.....	2.470	2.495	
Outros efeitos financeiros.....	52.184	27.321	
Remuneração de capitais próprios.....	(237.285)	(37.413)	
Prejuízo do exercício.....	(237.285)	(37.413)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Dessa forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e realocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisitos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e realocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Prejuízo básico e diluído por ação: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, incluindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que possam ser diluídas. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que possam provocar diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujo benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de provisões para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e *Impairment*. Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização dos Contratos de Concessão:** Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pela seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção. De acordo com o ICPIC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contrato de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 14/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

... continuação					
	31/12/2022	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	139.934	42.667	-	-	182.601
Efeito do valor presente sobre constituição	(43.452)	(10.805)	-	-	(54.257)
Realização da manutenção	(34.050)	-	(38.146)	-	(72.196)
Ajuste a valor presente - realizações	22.467	-	-	8.779	31.246
	<u>84.899</u>	<u>31.862</u>	<u>(38.146)</u>	<u>8.779</u>	<u>87.394</u>
Circulante	23.717				18.952
Não circulante	61.182				68.442
	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	102.517	37.417	-	-	139.934
Efeito do valor presente sobre constituição	(34.299)	(9.153)	-	-	(43.452)
Realização da manutenção	-	-	(34.050)	-	(34.050)
Ajuste a valor presente - realizações	13.904	-	-	8.563	22.467
	<u>82.122</u>	<u>28.264</u>	<u>(34.050)</u>	<u>8.563</u>	<u>84.899</u>
Circulante	23.748				23.717
Não circulante	58.374				61.182
17. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS					
Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:					
	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (a)	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	79.433	754	80.187	
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	35	18.749	2.257	21.041	
(-) Pagamentos	-	(1.210)	(1.517)	(2.727)	
(+) Atualização monetária	44	23.136	523	23.703	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>79</u>	<u>120.108</u>	<u>2.017</u>	<u>122.204</u>	
	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3	47.101	1.794	48.898	
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2)	18.589	1.681	20.268	
(-) Pagamentos	-	(2.034)	(2.284)	(4.318)	
(+) Atualização monetária	(1)	15.777	(437)	15.339	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>79.433</u>	<u>754</u>	<u>80.187</u>	
a) Processos ambientais: Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R\$195 (R\$208 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$582.340 em 31 de dezembro de 2023 (R\$495.533 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. As principais adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a ações anulatórias contra o poder concedente (ANTT), em que se discute a exigibilidade das atuações lavradas pelo mesmo. c) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.353 (R\$6.854 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. d) Processos tributários: Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$351 (R\$319 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.					
18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE					
	31/12/2023	31/12/2022			
Parcelas:					
Taxa de fiscalização	711	679			
	<u>711</u>	<u>679</u>			
Circulante	711	679			
A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$711 (R\$679 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação está demonstrada a seguir:					
Saldo no início do exercício	679	610			
Custo (Nota 21)	8.533	7.853			
Pagamento do principal	<u>(8.501)</u>	<u>(7.784)</u>			
Saldo no final do exercício	711	679			
a) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A - Data de reajuste: 18 de maio de cada ano. Prazo de vigência: 09 de maio de 2038. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além dos descritos na Nota 1). Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$213.915 (R\$284.253 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.					
	Previsão até o fim da concessão				
	31/12/2023	31/12/2022			
Natureza dos custos					
Melhorias na infraestrutura	1.134.692	1.234.994			
Conservação especial (manutenção)	445.714	510.659			
Equipamentos	455.449	436.697			
Total	<u>2.035.855</u>	<u>2.182.350</u>			
Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de consção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:					
Natureza					
Seguro Garantia - Operações	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia		
	31/12/2024	Fator	144.971		
			<u>144.971</u>		
b) Operação <i>Infinita Highway</i> : Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação <i>Infinita Highway</i> ". De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para a realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$27.614, conforme Nota 22 das Demonstrações Financeiras de 2020 (R\$88.290 em 31 de dezembro de 2023). As investigações realizadas no âmbito da Operação <i>Infinita Highway</i> resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Companhia. Em 25 de junho de 2022, a Companhia tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Companhia apresentou defesa na mencionada ação judicial - alegando, em síntese, que a Eco101 não causou lesão aos usuários, tendo, inclusive, realizado investimentos superiores ao que era exigido no período citado - e ora se aguarda o prosseguimento do processo. Em 25 de julho de 2022, a Companhia tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a Companhia apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Em 12 de julho de 2022, a ANTT também apresentou manifestação. Em síntese, afirmou não conhecer qualquer irregularidade e que, durante a execução contratual, aplicou as medidas cabíveis para cobrir qualquer descumprimento ao contrato de concessão. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento Em 06 de setembro de 2022, a Companhia tomou					
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Membros Efetivos: MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES ROBERTO BORGES PAIVA					
DIRETORIA					
Diretor Presidente - ALBERTO LUIZ LODI					
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores - ROBERTO AMORIM					
Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 Tº ES					
continua ...					



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 14/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

... continuação

ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Assuntos

Porque é um PAA?

Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.628.644 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.
Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 18(b))	
Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), no âmbito da “Operação Infinita Highway”, a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 88.290 mil em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.	Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1 e Nota 28, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente encerrará em junho de 2024 em função da prorrogação por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 26 de fevereiro de 2024. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressvalada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 25P000160/O-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 15P217518/O-7

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1 e Nota 28, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente encerrará em junho de 2024 em função da prorrogação por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 26 de fevereiro de 2024. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado” . Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 14/03/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

1979 ECO 101 BALANCO.pdf

Código do documento: 1979



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

14 mar 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 1979

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-03-14T00:01:48-03:00

14 mar 2024, 00:01:48 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-03-14T00:01:48-03:00

14 mar 2024, 00:01:48 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-03-14T00:01:48-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 03a9f14c0080e612331034532697746367cb8997022cc5b04122abd55a6ee983

[SHA512]: ff13e861b385d2e71c2d7bd31df7ad345318cbf73e70f600f3d567ab98547bb4f5474406e7d1f3dae38a572e8ecd2597a8129b84def97645fd0d6782cab4bae

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB